

Política

—CONSTITUINTE—

PREVISÃO: PARLAMENTARISMO VAI CAIR.

Está ficando cada vez mais difícil a aprovação do parlamentarismo no plenário da Constituinte. O Planalto, segundo o governador Newton Cardoso, acabou de eleger como prioridade a sua derrota na futura Constituição, e o restabelecimento do presidencialismo. Os governadores e os presidentes, em sua maioria, também preferem esta fórmula para governar, e vão fazer sentir suas preferências junto aos parlamentares. Mas, além disso, a aprovação do parlamentarismo está sendo dificultada até pelos seus defensores.

Os parlamentaristas já perceberam que é grave a divisão de opiniões no grupo quanto à data mais apropriada para a implantação do sistema. E que falta "uma linguagem comum" para a defesa do que já está no texto constituinte. Neste sábado, em Brasília, eles já têm uma reunião marcada para tomar as providências.

Enquanto isso, e sentindo os efeitos da votação do mandato de Sarney, o parlamentarismo ou seu início está sendo "trocado"

por alterações em outras decisões. O senador José Fogaça disse ontem em Porto Alegre que "se Sarney modificar a sua postura casmurra, ressentida, cheia de má vontade diante da perspectiva do parlamentarismo, e se comprometer formalmente a assumir a possibilidade histórica de trabalhar pela implantação do novo sistema de governo, o plenário com certeza modificará o projeto da Comissão de Sistematização que estabeleceu o seu mandato em quatro anos".

O senador, habilmente, não comentou as possibilidades da aprovação do sistema em plenário. Ele preferiu garantir que "é irreversível" a implantação do parlamentarismo a partir de 15 de março de 1988. "Por uma razão muito simples: seria preciso reunir 280 votos a favor de uma outra data. E é tamanha a dispersão de opiniões que não se reuniriam nem 50 votos".

As contas que José Fogaça não fez são apresentadas pelo parlamentarista Alcení Guerra, da dissidência do PFL. Ele acha que o presidencialismo tem condições de



José Fogaça (à esquerda) ainda acredita no parlamentarismo em 1988. E Alcení Guerra faz as contas: dá presidencialismo. Com 4 ou 5 anos de Sarney.

ser aprovado no plenário da Constituinte através de emendas dos pequenos partidos, com razoável contribuição do PMDB. Alcení Guerra fez um levantamento preliminar dos constituintes e identificou como favoráveis ao atual sistema de governo 100 votos no PFL, 25 no PDS, 23 no PDT, 6 do PTB, e os 16 votos do PT, além dos votos dos parlamenta-

res dos pequenos partidos. Então, faltariam 104 votos do PMDB.

Além disso, podem mudar de lado constituintes que ainda se dizem parlamentaristas ou mesmo aqueles que votaram pelo sistema, segundo Alcení Guerra. Dentro dessa linha, o cearense Expedito Machado, um dos líderes do Centrão, e do PMDB, explica: "O parlamentarismo perdeu um pouco com a aprovação de um mandato de quatro anos. O que está crescendo aqui é o movimento pelas eleições gerais. Isso, a gente sente". Concretamente, também cresce o temor pela perda dos mandatos, seja após a promulgação da Constituição, seja pela eventual sucessiva queda de gabinetes.

Ainda os quatro anos de Sarney, e somada esta decisão à campanha presidencial que vai para as ruas — estes dois fatos vão acabar inviabilizando o parlamentarismo ainda na instância final do plenário da Constituinte ou até depois de assinada a

Constituição. Esta é a opinião de Ibsen Plineiro, PMDB, e José Lourenço, PFL. Para os dois líderes, os defensores da redução do mandato de Sarney não analisaram a sério as consequências, mas agora já se estão convencendo destes possíveis efeitos.

Adiar
O líder do PMDB na Assembléia Constituinte, senador Mário Covas, está de acordo com a proposta do deputado mineiro Pimenta da Veiga, de tentar, na votação em plenário da Constituinte, adiar a vigência do parlamentarismo.

"Assim o presidente eleito já assumiria enviando ao Congresso sua indicação de primeiro-ministro" — observou Covas.

O senador paulista acha que seria incoerente ao fortalecimento do parlamentarismo a sua imediata adoção — março do próximo ano. Mas outros líderes do PMDB e do PFL que apóiam o parlamentarismo comentaram que, com a aprovação do mandato de quatro anos, isso poderá se transformar num duro golpe ao sistema.

Contra o tempo

Os sistematizadores queriam votar mais e mais. Por isso, o relógio foi atrasado. Veja as últimas votações:



Bernardo Cabral na Sistematização: uma defesa do texto.

(PFL-AL), suprimindo o artigo 57 do substitutivo do relator Bernardo Cabral, dispondo que "não será admitida a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas". O deputado pefelista argumentou que a matéria deveria ser remetida para lei, e o relator Bernardo Cabral apoiou a emenda, aprovada por 69 votos a favor, nenhum contra e duas abstenções.

A última sessão da Sistematização rejeitou emenda de autoria do senador Roberto Campos (PDS-MT), assegurando o funcionamento de empresas estrangeiras no setor de transporte de cargas. A proposta foi defendida pelo deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) sob a alegação de que a nacionalização do setor prejudicaria os pequenos exportadores, num total de 17 mil empresas. Mas o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) subiu à tribuna e fulminou a emenda, argumentando que ela representava "uma manobra entreguista do senador Roberto Campos, que desde a fase inicial da Constituinte vem defendendo ser empresa nacional toda aquela organizada no Brasil". Através de pronunciamento do senador Virgílio Távora, a relatoria se manifestou contra a emenda, rejeitada por 48 votos, contra 15, com três abstenções.

microfone de apertar e pediu para que, afinal, fosse acertado o relógio. Segundo o deputado, ele já havia sido atrasado duas vezes — uma, em 15 minutos, e a segunda vez em cinco minutos. O presidente em exercício Aluísio Campos informou que a mesa adotaria providência mas a sessão ainda continuou poucos minutos, apenas o suficiente para apreciar emenda de autoria do deputado Haroldo Lima (PC do B-BA) retirando a aviação civil do controle do Ministério da Aeronáutica. Mas não houve quórum e a emenda ficou prejudicada.

Críticas

O texto que o plenário da Assembléia Nacional examinará "constitui a mais avançada das reformulações constitucionais já tentadas neste País". Com essas palavras, o relator Bernardo Cabral, no encerramento dos trabalhos desta fase da Comissão de Sistematização, refutou as críticas feitas ao substitutivo.

Ele falou na reunião convocada para aprovar a redação final do substitutivo que deveria revestir-se de caráter até solene, mas foi marcada por reclamações contra a "prepotência" das lideranças partidárias e a não votação de alguns destaques.

Bernardo Cabral disse que a Consti-

tuição "não pode ser um modelo alienado de perfeição", e que a Comissão produziu "um trabalho digno do Brasil e dos brasileiros, adequado aos desafios da história e do progresso". A resposta para as críticas, segundo ele, está no próprio substitutivo. "Séculos de distância separam nosso substitutivo de todas as constituições que o Brasil já conheceu. Nada fica a dever à Constituição de qualquer outro país."

Cabral negou que "esses progressos" tenham sido feitos à custa da livre iniciativa. "Onde, pois — indagou —, justificar a cantilena de certas entidades e personagens notórios de ser nosso substitutivo adverso ao capital nacional e estrangeiro? O que exigiremos, sim, é que o empresário assumia seu real papel de participante de um contexto social."

Após a votação da redação final, aprovada por 58 votos e três abstenções, começaram as questões de ordem. Mendes Thame (PFL-SP) acusou o líder José Lourenço de ter impedido a votação de emenda de sua autoria que beneficiará "11 milhões de pensionistas e aposentados da Previdência Social", insinuando que foi "represália" por ter votado pelos quatro anos de mandato para o presidente Sarney.

Regimento: mais discussão sobre o quórum de 280.

A Mesa da Constituinte marcou para terça-feira a sessão de votação do projeto de resolução do grupo Centrão que altera o Regimento Interno da Assembléia. O presidente interino da Constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), ainda acredita num substitutivo consensual para as 46 emendas oferecidas ao projeto de resolução, mas está esbarrando na disposição do Centrão de decidir no voto o texto do novo regimento.

Mauro Benevides foi procurado ontem, à tarde, por integrantes do Centrão, que pediram que ele suspendesse qualquer calendário da Constituinte até a votação do regimento. Segundo Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do Centrão, "os constituintes agora estão começando a ouvir a palavra mágica da democracia: maioria absoluta". Confiante na presença de mais de 280 parlamentares no plenário na terça-feira, Roberto Cardoso Alves disse que, até agora, só se ouviu na Assembléia as palavras "astúcia, esperteza, escolha de membros de comissões por líderes e Comissão de Sistematização. Quem vai reinar agora é a maioria" — enfatizou.

Também o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto, outro líder do Centrão, afirmou que o grupo "vai jogar no impasse para forçar a negociação". Segundo ele, chegou a hora de restabelecer-se a ordem natural das coisas, ou seja, "o mais fraco é que tem que se compor com o mais forte".

Na reunião da Mesa da Constituinte, da qual participaram os deputados Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), Jorge Arbage (PDS-PA) e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Mauro Benevides manifestou preocupação com a insistência do Centrão de estabelecer o quórum e 280 votos para a aprovação de emendas no plenário. Ele ponderou que isso impedirá as demais correntes políticas de aprovar qualquer proposta.

Segundo Arnaldo Faria de Sá, a redução do quórum de 280 para 187 votos — 1/3 do plenário — permitiria que três correntes votassem livremente suas propostas. O Centrão, contudo, já avisou que não abre mão do quórum de 280, que expressa, segundo seus integrantes, a vontade da maioria, e da apresentação de emendas a títulos e capítulos do substitutivo da Comissão de Sistematização. Segundo Roberto Cardoso Alves, ninguém do grupo está autorizado a negociar nada diferente.

Esperanças

Para quem não gostou do trabalho da Comissão de Sistematização, a única esperança agora é o plenário da Assembléia. "O projeto foi aprovado, foi um grupo esquelético minoritário que levou de roldão a comissão", criticou ontem o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César Rogério Valente. "Os dispositivos foram aprovados em média com 50 votos, o que representa apenas 10% do total de constituintes." Tal com Valente, o governador de Santa Catarina, Ivo Campos, também confia no bom senso dos constituintes "para corrigir as distorções" em plenário. "O que se viu nesse período foi uma disputa em torno de interesses pessoais e posturas políticas que não correspondem à vontade da maioria da Nação", atacou Pedro Ivo. "Espero que, no plenário, os erros cometidos sejam sanados."

O senador José Fogaça (PMDB-RS), relator substituído da Sistematização, não acredita em grandes modificações. "O projeto aprovado na primeira fase é o arcabouço definitivo de 95% do que será aprovado em plenário", considerou. "Podemos dizer que este projeto já começa com 279 votos favoráveis. Quem quiser modificar algum dispositivo terá de conseguir 280 votos".

Alguém atrasou o relógio do plenário em 20 minutos. E, graças a este tipo de manobra, algumas votações ainda foram encaixadas na última sessão da Comissão de Sistematização que, pelo regulamento, deveria ser encerrada à meia-noite. Uma das emendas aprovadas do deputado Augusto de Carvalho (PCB-DF) e do senador Pompeu de Souza (PMDB-DF), garantiu ao Distrito Federal a eleição de seu governador, vice, e dos seus deputados estaduais em 15 de novembro do próximo ano. Foram 62 votos contra quatro, nenhuma abstenção.

A emenda aprovada dispõe ainda que a primeira representação da Assembléia Legislativa, composta nos termos previstos na legislação eleitoral, votará a lei orgânica do Distrito Federal de acordo com o estabelecido na Constituição. Para ganhar tempo, apenas o deputado Augusto de Carvalho subiu à tribuna e falou rapidamente a favor da iniciativa, limitando-se o senador Pompeu de Souza a pedir apoio no microfone de apertar, no centro do plenário. A relatoria, através de pronunciamento do senador Virgílio Távora, também apoiou a emenda.

A Comissão de Sistematização aprovou também na noite de terça emenda de autoria do deputado José Thomas Nonó



CENTRÃO Passarinho escolhido líder no plenário

O Centrão tem reunião marcada para a próxima terça-feira: a finalidade básica é discutir a estratégia para mudar o regimento interno da Constituinte. Para codernar o grupo na Assembléia, como uma espécie de líder, foi escolhido o senador Jarbas Passarinho, do PDS, que já aceitou o convite. Mas ele não acredita na possibilidade de o Centrão vir a se transformar num novo partido. "Não, no momento, porque o grupo abriga muitos antagonismos", justificou Passarinho, ontem.

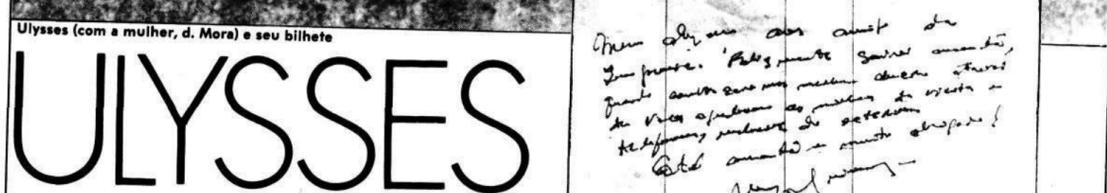
O deputado Roberto Cardoso Alves, da direção nacional do PMDB, discorda de Passarinho. Está convencido de que o Centrão pode ser mesmo o embrião de um novo partido, ou de um sólido bloco político-parlamentar para atuar no Congresso Nacional. Cardoso Alves, contudo, não fala em deixar o PMDB. "Com Passarinho no comando, o Centrão se tornará viável", acrescentou o vice-líder do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira.

"Tudo isso é conversa fiada", rebateu o deputado César Cals (PDS-CE). "O Centrão só funciona para umas cinco ou seis questões." E esse mesmo raciocínio é dividido com o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que não acredita na possibilidade de o Centrão conseguir operar grandes mudanças no texto da Comissão de Sistematização: "Talvez mudemos 10%, e isso somente através de entendimento".

Tal como o Centrão discute sua transformação em um novo partido, em Minas crescem as articulações para a formação de uma agremiação de centro-esquerda, sob a liderança do deputado Pimenta de Veiga. E já recebe críticas do governador Newton Cardoso. "Pimenta não tem condições políticas para arremeter um novo partido, por falta absoluta de bases populares." Mesmo assim, a corrente de centro-esquerda está se movimentando. O êxito da iniciativa, porém, está na dependência do apoio de três lideranças — Mário Covas, José Richa e Orestes Quércia. E aí, exatamente, começam os problemas, já que o Centrão, transformado ou não em partido, poderia apoiar a candidatura de Quércia à presidência, uma vez que o governador paulista andou trabalhando a favor do grupo, segundo confirmação de Roberto Cardoso Alves.



Ulysses (com a mulher, d. Mora) e seu bilhete



ULYSSES

Deixando o hospital e pronto para voltar à luta

Recuperado, o presidente nacional da Constituinte, Ulysses Guimarães, deixa o Instituto do Coração hoje pela manhã. A informação da alta foi dada pelos médicos e pelo próprio Ulysses Guimarães que ontem à tarde voltou a aparecer na janela e acenar para os fotógrafos e escreveu um bilhete para os repórteres informando que estava bem.

O bilhete: "Meus abraços aos amigos da imprensa. Felizmente sairei amanhã (hoje), quando conversaremos melhor. Quero através de vocês agradecer as muitas visitas e telefonemas, inclusive do Exterior. Até amanhã e muito obrigado". Foi uma resposta ao pedido que os jornalistas fizeram por intermédio dos deputados Waldyr Trigo e Luís Máximo que estiveram no Incor à tarde. Os dois levaram um bilhete a Ulysses solicitando que ele enviasse uma mensagem, contando como estava se sentindo. Um pouco mais tarde ele demonstrou sua boa disposição: surgiu na janela do 8º andar e, ao lado de d. Mora, através de gestos, expressou que sairia hoje às 10 horas: mostrou os 10 dedos e apontou o polegar para baixo, em direção à saída do Instituto do Coração.

O único boletim médico do dia, divulgado às 13 horas, informava que o presidente nacional do PMDB estava em franca recuperação, que desenvolvia atividades normais e que deveria ter alta hoje. Sua mulher, d. Mora, já havia contado pela manhã que ele estava "louco para sair do hospital", que havia lido os jornais e que estava com o ânimo ótimo. "Ele conversou longamente com os médicos. Estava de bom humor e feliz", disse.

Ao retornar à vida política, possivelmente a partir de 2ª feira, Ulysses Guimarães deverá passar seis meses em observação — período em que existe 20% de possibilidade de um novo estreitamento arterial (reestenose) no mesmo local. Segundo o diretor do Serviço de Hemodinâmica do Incor, Shiguemitsu Arié, disse que a angioplastia — desobstrução da artéria — em Ulysses, durante seis meses ele deverá também tomar um vaso-dilatador coronário para evitar espasmos. Depois desse período, se os eletrocardiogramas e exames de laboratório confirmarem que não houve reestenose, ele terá superado o problema totalmente. Shiguemitsu Arié revelou ainda que no momento da realização da angioplastia, estava acompanhado do clínico Giovanni Bellotti, do anestesista Rui Gomide do Amaral e do cirurgião Adib Jatene, porque havia um pequeno risco (de 4%) da angioplastia não funcionar e Ulysses ter que ser submetido imediatamente a uma cirurgia de safena. Mas o caso foi simples, segundo ele. As angioplastias mais fáceis demoram em média 30 minutos e as mais complicadas 2 horas. A de Ulysses Guimarães durou 40 minutos e ele recebeu — o que é praxe — apenas anestesia local.

A vida do presidente da Constituinte deverá ser normal, sem dietas especiais nesse período de seis meses em que periodicamente se submeterá a exames médicos de controle. Mas o deputado estadual Waldyr Trigo que esteve visitando ontem Ulysses "como médico e como amigo" disse que ele está consciente da necessidade de se cuidar daqui para frente. "Comentei com ele que o País não pode mais suportar um outro trauma como o de Tancredo Neves. Disse que era importante que ele voltasse logo e pedi para que se cuidasse mais."

Ulysses Guimarães recebeu ontem ainda das visitas de Mário Amato, presidente da Fiesp, Flávio Telles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira, e de Miguel Reali Júnior, a quem Ulysses confessou estar preocupado com a Constituinte. Mas a visita inesperada foi do ex-deputado Paulo Salim Maluf. Sem avisar na portaria, pelo telefone que lá estava (como fizeram todos os visitantes) Maluf entrou direto na suíte de Ulysses, surpreendendo a própria família do presidente nacional do PMDB. Na saída, disse que Ulysses estava "com um aspecto estupefando", que não havia falado sobre política e desconversou quando os jornalistas lhe perguntaram sobre sua candidatura à presidência da República. "Só Deus sabe", disse.